

# Entrevista com Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, pesquisador da Biblioteca Nacional (BN) e curador do portal *Brasiliana Fotográfica*

*Rogério Pereira de Arruda*

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Diamantina - Minas Gerais - Brasil  
r.p.arruda@uol.com.br



Joaquim Marçal Ferreira de Andrade  
Foto de Larissa Santos

## Introdução

Como parte do dossiê “A fotografia em instituições de memória: experiências no Brasil e em Portugal” entrevistamos Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, para trazer aos leitores e leitoras algumas reflexões sobre uma instituição brasileira que é referência no trato com os acervos fotográficos: a Biblioteca Nacional (RJ). Ela tem sua origem vinculada à chegada da Corte portuguesa no Brasil, que trouxe entre 1808 e 1810 o acervo inicial da instituição, que atualmente conta com cerca de 9 milhões de itens e tem como missão a coleta, registro, salvaguarda e viabilização do acesso à produção intelectual brasileira, de modo a assegurar o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais e a preservação da memória bibliográfica e documental do país. Ela se constitui como uma referência para pesquisadores de diversas áreas, principalmente de humanidades, ciências e artes interessados nas mais diversas temáticas. Hoje, a BN tem o grande desafio de continuar a exercer suas atividades com excelência em meio ao

desprestígio da área cultural, intensificado desde 2019, com a extinção do Ministério da Cultura e a falta de uma política cultural baseada em princípios democráticos.

Para falar da BN e de sua trajetória na instituição, tivemos a honra de entrevistar o pesquisador e professor Joaquim Marçal Ferreira de Andrade. Ele é bacharel em Desenho Industrial (ESDI/UERJ), mestre em Design (PUC-Rio) e doutor em História Social (IFCS/UFRJ). Joaquim Marçal é funcionário da BN há trinta e nove anos, instituição na qual ingressou em 1981, como técnico em Programação Visual. De lá para cá, ele transitou por alguns outros cargos, entre eles chefiou a Seção de Promoções Culturais, a Divisão de Fotografia e a Divisão de Iconografia. Ele possui uma trajetória de trabalho muito rica na BN que inclui sua participação no projeto de digitalização do acervo da instituição que resultou na criação da Biblioteca Nacional Digital (BND) e na coordenação do projeto de resgate das fotografias da Coleção D. Thereza Christina Maria, primeiro conjunto documental brasileiro a integrar o Programa Memória do Mundo da UNESCO. Além de seu trabalho na BN, Joaquim Marçal tem atuação como curador de exposições, professor e escritor, todas as atividades no campo da fotografia e das artes gráficas. Atualmente, ele é curador do portal *Brasiliiana Fotográfica*, um dos principais projetos de fotografia desenvolvido pela BN com o Instituto Moreira Salles, e que conta com a parceria de instituições congêneres do país e do exterior.

Na sua entrevista Joaquim Marçal detalha alguns aspectos do trabalho realizado pela BN junto aos acervos fotográficos, nos conta alguns desafios enfrentados pela instituição e faz uma síntese dos seus trinta e nove anos de dedicação à fotografia.

## Entrevista

**Rogério Pereira de Arruda:** Qual o balanço, mesmo que breve, pode ser feito sobre o trabalho realizado pela BN, em relação aos arquivos fotográficos nos últimos anos?

**Joaquim Marçal Ferreira de Andrade:** Desde quando a consciência sobre a validade e a importância do uso de documentos fotográficos na escrita da história começou a disseminar-se pelo mundo, entre as décadas de 1970 e 1980, a Biblioteca Nacional foi instada a envolver-se nesse processo. Eram novas demandas de pesquisa que surgiam, de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. A exposição *Pioneers of Photography in Brazil*, realizada no *The Center of Inter-American Relations* em 1976, curada por Weston Naef e Gilberto Ferrez, serve de exemplo; a nossa BN emprestou acervo para aquela mostra realizada em Nova Iorque. Já estava claro,

portanto, que a coleção de fotografias do imperador d. Pedro II ali depositada – e que seguia, em sua maior parte, sem qualquer tratamento de identificação e catalogação e, portanto, inacessível aos pesquisadores – precisava receber uma atenção especial.

Nesse sentido e inspirados pelo Programa Nacional de Preservação e Pesquisa da Fotografia, instituído no recém-criado Núcleo de Fotografia da Funarte e capitaneado por Solange Zúñiga, iniciamos estudos, na primeira metade dos anos 1980, visando resgatar e disponibilizar aquele tesouro fotográfico. Trata-se, sem dúvida, da mais abrangente coleção de fotografias reunidas por qualquer governante do século XIX, cobrindo os principais campos do conhecimento que a fotografia foi capaz de adentrar, naqueles tempos.

O projeto interdisciplinar e interinstitucional foi desenvolvido ao longo de alguns anos, envolvendo intenso debate, pesquisa e viagens de estudo; sua realização iniciou-se ao final daquela década. De lá até aqui, passaram-se mais de três décadas de atividades ininterruptas, envolvendo todos os setores da instituição. Tornamo-nos uma referência inescapável sobre o tema em nosso continente e cultivamos, sempre, as relações com os principais centros disseminadores de conhecimento da matéria. Ademais, seguimos ampliando o acervo através da aquisição, sempre por doação, de importantes conjuntos autorais. Hoje, já estamos tratando da entrada do primeiro acervo nato-digital.

**RPA:** Em linhas gerais, quais são os parâmetros institucionais que balizam o trabalho de gestão do acervo fotográfico da BN, no que tange à guarda, conservação e preservação das imagens?

**JMFA:** A Biblioteca Nacional desenvolveu e implantou, ao longo das últimas décadas, uma extensa política de conservação preventiva, de preservação e de guarda de seu acervo fotográfico. Isto inclui desde a identificação, catalogação e indexação automatizadas (que possibilitam a melhor gestão das coleções além de otimizar o seu uso); a reprodução digital (que minimiza o manuseio dos originais, além de ser medida essencial de preservação de memória); o acondicionamento individual dos itens, sempre guardados com um ou dois níveis de proteção além do mobiliário específico; as regras para o acesso e o manuseio; o monitoramento permanente do clima e as medidas de prevenção de desastres. Sobre todos estes temas, há farto material disponível no portal da Fundação Biblioteca Nacional, em <https://www.bn.gov.br>.

**RPA:** Nos últimos anos, a digitalização dos acervos históricos em arquivos e instituições congêneres tem sido uma forma de preservação dos documentos originais e uma maneira de viabilizar a ampliação do acesso. Tendo isso em vista, o senhor poderia nos explicar como esse trabalho tem sido realizado na BN e quais têm sido os maiores desafios enfrentados pela instituição?

**JMFA:** Desde a época da idealização do projeto de preservação do acervo fotográfico da BN, a questão da reprodução dos documentos fotográficos (dos quais não dispomos dos negativos originais) visando a geração de matrizes de segunda geração (analógicas, inicialmente) para atender à demanda dos usuários, mas também como medida de preservação, foi um assunto que ocupou muito de nossas preocupações. Durante mais quinze anos fotografamos em filme. Neste período, diversas tecnologias alternativas foram surgindo e sendo adotadas por instituições ao redor do planeta; algumas se mostraram ineficazes em pouco tempo enquanto outras foram mais duradouras. Realizamos projetos experimentais, sempre patrocinados, com os acervos fotográficos e cartográficos. Conscientes de nossas dificuldades e limitações, no entanto, soubemos esperar até que as tecnologias digitais se estabilizassem minimamente, antes de investirmos em equipamentos para adentrar com firmeza a era digital, no campo das imagens.

Fizemos viagens de estudo e um estágio no exterior, patrocinados pela Fundação Mellon, antes de idealizarmos o projeto de nosso primeiro laboratório digital, patrocinado pela Finep e inaugurado em 2001. A partir daquele momento, a instituição passou a investir na capacitação de suas equipes e a implantar um trabalho mais consistente de digitalização que abrangesse todos os gêneros de acervo – começando por um projeto para digitalização de mapas de grande formato. Vale lembrar que ao digitalizar, há de se gerar os metadados, sem os quais o trabalho não faz qualquer sentido. Ao mesmo tempo, a BN implantou um intenso trabalho de reconversão de suporte – para digitalizar seus milhares de microfimes.

A Biblioteca Nacional Digital do Brasil foi lançada em 2006 e desde então, seguimos ampliando o nosso escopo e desenvolvendo projetos inovadores. Já a World Digital Library/Biblioteca Digital Mundial foi lançada em 2009, tendo a nossa BN entre as instituições fundadoras. Até hoje, mantemos assento no Comitê Executivo da WDL.

Quanto aos desafios, todo o trabalho realizado ao longo destes últimos quatorze anos vem gerando uma massa documental digital considerável. Isto implica em investimentos constantes na infraestrutura necessária (de hardware e software) para armazenar e gerenciar tal conteúdo. Há de se investir mais e mais nas atividades concernentes à preservação digital, num contexto de constante evolução tecnológica. A participação nas redes de preservação digital (p. ex. Rede Cariniana e Rede Sudeste) torna-se primordial. Por último, vale mencionar que a BN vem se preparando com vistas a receber os arquivos nato-digitais em larga escala, através do depósito legal e de doações. Considera-se, ainda, a possibilidade de virmos a cuidar, no futuro, da memória das páginas web.

**RPA:** Um assunto que pode ser destacado da pergunta anterior, que aborda a digitalização de acervos, é o projeto “Brasília Fotográfica”, do qual o senhor é curador. O senhor poderia nos apresentar como o projeto funciona e como ele tem contribuído para os avanços das pesquisas

acadêmico-científicas no país? E, ainda, em que medida ele colabora na formação de um público mais amplo que tem interesse por temas histórico-culturais?

**JMFA:** O portal Brasileira Fotográfica é, como afirmamos na sua apresentação, um espaço para dar visibilidade, fomentar o debate e a reflexão sobre os acervos deste gênero documental, abordando-os enquanto fonte primária, mas também enquanto patrimônio digital a ser preservado. Durante uma consulta aos acervos, o usuário pode salvar o resultado de sua pesquisa no próprio portal, retomando-a em outro momento. Pode, ainda, compartilhá-lo em suas redes sociais.

Vale enfatizar que esse portal, além de conter um blog, é também um repositório voltado à preservação digital, desenvolvido em DSpace – um software livre, largamente utilizado por entidades públicas e privadas em todo o mundo. Para interoperar com outros sistemas de bibliotecas digitais, foi adotado o protocolo da Iniciativa dos Arquivos Abertos (Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting/OAI-PMH), um mecanismo para transferência de dados entre repositórios digitais.

A iniciativa surgiu em 2015, a partir da união de esforços da Fundação Biblioteca Nacional e do Instituto Moreira Salles, responsáveis pela curadoria e gestão. Na sequência, outras instituições do Brasil e do exterior, públicas e privadas, detentoras de acervos originais de documentos fotográficos referentes ao Brasil, foram aderindo ao portal, num processo que segue até hoje. No presente momento somos onze instituições e há outras em processo de adesão. As instituições participantes contribuem com arquivos digitais e respectivos metadados, tudo em concordância com os padrões adotados internacionalmente. Acreditamos que assim, estamos contribuindo para maior a conscientização e avanço desse campo.

Já são mais de seis mil fotografias de onze instituições, no portal. Ao longo desses cinco anos, foram mais de trinta e cinco milhões de visualizações; hoje, a média mensal gira em torno de um milhão e trezentas mil. Já tivemos publicações no blog – onde são postadas semanalmente novas publicações relacionadas ao seu conteúdo, escritas pelos membros das instituições participantes ou por convidados externos – com mais de três milhões de visualizações. Muitas dessas publicações trazem, nos textos, links para páginas da Hemeroteca Digital Brasileira – hoje, o site mais acessado da Biblioteca Nacional Digital, ficando o portal Brasileira Fotográfica em segundo lugar. Sem dúvida, há um público crescente e de todas as idades, que vamos cativando através de publicações variadas e que se prestam aos mais variados usos.

**RPA:** O senhor esteve à frente de trabalhos de grande relevância para o patrimônio fotográfico do país, entre eles o projeto junto ao acervo fotográfico de D. Pedro II, que compõe a Coleção D. Thereza Christina Maria. O senhor poderia nos explicar no que consistiu esse trabalho? E acredita que no Brasil há acervos fotográficos de relevância ainda não revelados?

**JMFA:** As fotografias de nosso último imperador integram a Coleção D. Thereza Christina Maria, nome dado por ele à sua biblioteca particular composta também por livros e periódicos, estampas e impressos efêmeros, mapas e atlas, partituras e libretos, etc. Foi a maior doação da história da Biblioteca Nacional. Mas vale lembrar que uma parcela desse acervo foi encaminhada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual d. Pedro II era patrono.

A iniciativa de resgate das fotografias depositadas na BN há mais de um século (em 1892) foi viabilizada através do Projeto de Preservação e Conservação do Acervo Fotográfico da Biblioteca Nacional/Profoto, patrocinado pela Fundação Banco do Brasil – à época, o maior apoio financeiro jamais dado a um projeto fotográfico no país.

O projeto previa o desenvolvimento de atividades de pesquisa histórica para a identificação das imagens, catalogação e indexação automatizadas, higienização e conservação, acondicionamento e guarda, além da reprodução fotográfica de todos os originais (cerca de 35.000) para geração dos negativos de segunda geração, pois a BN nunca teve qualquer negativo original. Foram preparados diversos editais para a contratação de todos os profissionais externos necessários à consecução das atividades e muito investiu-se na capacitação daqueles profissionais. O Profoto foi uma escola; não seria exagero dizê-lo! Todas as decisões tomadas pelo corpo técnico da instituição eram registradas em ata e tudo o que foi feito ficou consignado em mais de uma centena de processos administrativos.

Uma iniciativa interinstitucional, capitaneada pela Funarte, gerou o Manual para Catalogação de Documentos Fotográficos coeditado com a BN. Internamente, produzimos e publicamos manuais para indexação e para acondicionamento e guarda. Ademais, nosso sistema para catalogação e indexação automatizadas foi desenvolvido a partir de consultoria contratada, em Micro CDS-Isis – um programa gratuito desenvolvido pela Unesco e distribuído no Brasil pelo IBICT – e guardava total compatibilidade com o formato de catalogação automatizada (MARC/CALCO) então utilizado pela BN para os livros.

Tudo isso era novo e desafiador. Graças a uma estrutura técnica e administrativa exemplar, implantada dentro da Biblioteca Nacional e dotada de autonomia, perpassando a hierarquia sem qualquer conflito, sempre à base de muito diálogo e integração, esse projeto foi ativo durante duas décadas e, finalmente, suas atividades foram integralmente absorvidas pelas rotinas da instituição, transformando-o em uma espécie de programa, mesmo que não oficializado como tal.

Entre outros resultados daquele projeto, além dos já mencionados, está a exposição itinerante A coleção do imperador – fotografia brasileira e estrangeira no século XIX, montada no Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires, Porto e Lisboa, entre 1997 e 2000. Já em 2003, realizou-se em São Paulo a exposição De volta à luz – fotografias nunca vistas da coleção do imperador.

Com relação à pergunta sobre a possibilidade de ainda haver, no Brasil, acervos fotográficos de relevância ainda não revelados, eu estou certo que sim. Do Caburaí ao Chuí há, sim, muita coisa perdida, mas também muita coisa a ser revelada. Da primeira metade do século XX, então, há incontáveis tesouros desconhecidos ou esquecidos por aí. Eu mesmo, há três anos, envolvi-me numa pesquisa junto com a Professora Doutora Helouise Costa, Livre Docente do MAC-USP, que resultou na exposição Kurt Klagsbrunn: faces da cultura, retratos de um tempo, realizada em São Paulo. O acervo do Kurt está guardado com um herdeiro em Araras, distrito de Petrópolis RJ e serve de exemplo. Dele, já se havia feito um livro e em nosso projeto buscamos explorar um outro aspecto muito específico, relacionado ao circuito social no campo das artes visuais, nas décadas de 1940-50, entre o Rio e São Paulo. Há muito, demais mesmo por se revelar!

**RPA:** Nos últimos anos temos visto discursos negacionistas e propostas de revisionismo histórico, negando, por exemplo, a existência de ditadura civil-militar de 1964 e, até mesmo, os aspectos nefastos da escravidão no Brasil. Como o senhor vê o lugar das instituições de memória frente a estas perspectivas de negação do conhecimento cientificamente referenciado? Esse processo fragiliza as instituições públicas de memória?

**JMFA:** As instituições de memória podem, e devem desempenhar um papel capital nestes momentos palpitantes. Afinal, são elas as guardiãs das fontes para a pesquisa e a escrita da história. Ali estão guardadas as chaves para abirmos as portas que nos levarão para fora destes períodos obscuros que, de tempos em tempos, teimam em ressurgir.

No momento em que respondo a este questionário, assisto – entre outros episódios preocupantes – ao que se passa com a Cinemateca Brasileira e com o IPHAN, que vêm tendo algumas de suas funções questionadas e não têm recebido das autoridades a merecida e necessária atenção. Isto, para mencionar apenas duas das instituições de memória já profundamente abaladas. Mas não podemos esmorecer nem perder as esperanças. E nestas horas, mais que nunca, a união dos bem intencionados faz a força necessária – pois resistir é preciso.

**RPA:** O senhor é um servidor com longa trajetória de trabalho na BN, que se iniciou no começo dos anos 80, já são quase quarenta anos de dedicação. De certa forma, poderíamos dizer que sua trajetória profissional revela não somente os desafios pessoais, mas também os desafios, ações e projetos da própria BN. Como o senhor avalia os caminhos trilhados?

**JMFA:** São trinta e nove anos de BN, quarenta no Serviço Público Federal – onde iniciei minhas atividades como fotógrafo, atuando junto à Secretaria de Assuntos Culturais do MEC bem antes da criação, em 1985, do agora já extinto Ministério da Cultura. Desde quando cheguei à BN em 1981 (então integrante da administração direta e subordinada ao MEC) defrontei-me com uma

série de desafios, não apenas internamente, mas também no plano nacional e, por que não o dizer, internacional. Particpei/participamos dos muitos momentos importantes havidos ao longo deste percurso, quando as questões de patrimônio e de memória foram intensamente pensadas, discutidas e importantes avanços foram conquistados. A própria Biblioteca Nacional ganhou relativa autonomia e viveu momentos muito positivos. Valeu a pena cada dia dedicado à nossa instituição, com certeza. Mas apesar das vitórias, muito deixou de ser conquistado, infelizmente.



**Figura 1:** Sala Aloísio Magalhães. Divisão de Iconografia, Biblioteca Nacional (RJ).  
Foto de Joaquim Marçal.

Preocupa-me, hoje, o fato de não haver uma rotina de concursos públicos para preencher as muitas vagas abertas pela aposentadoria dos colegas da minha geração que estão saindo. A crescente terceirização dos serviços é feita de maneira que eu considero danosa aos interesses da instituição, pois a presença de servidores de carreira, que se disponham a dedicar suas vidas profissionais à instituição, é ponto essencial para o sucesso da missão. Trata-se de uma instituição de estado e não de governo, com objetivos muito claros e que não podem sofrer solução de continuidade. As décadas de experiência e de conhecimento acumulado é que asseguram a preservação de uma certa cultura sem a qual, a instituição pode sucumbir. Ademais, a terceirização é uma prática injusta uma vez que servidores e terceirizados desempenham funções iguais embora trabalhando sob condições contratuais muito diferenciadas.

Ademais, já passa da hora de investirmos, a sério, no projeto de nova edificação – para uma Biblioteca Nacional do século 21. Em pleno 2020, e apesar de dispormos de um prédio anexo, já quase lotado, seguimos sediados em uma edificação inaugurada há cento e dez anos, no início do século 20. São constantes os investimentos de nossos dirigentes na manutenção predial, que vem sendo bem realizada, apesar das restrições orçamentárias e financeiras. Mas não há mais o que esperar; não podemos seguir adiando este projeto. Afinal, a Biblioteca Nacional é a representação maior da memória da cultura brasileira, com suas portas abertas para o mundo.



---

SOBRE O AUTOR

**Rogério Pereira de Arruda** é doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); professor Adjunto III na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK-Diamantina.

---

Recebido em 26/05/2020

Aceito em 13/07/2020